



INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2025
E RELATÓRIO DE REVISÃO
DO AUDITOR INDEPENDENTE

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO



METRÔ

Sumário

Composição do Conselho de Administração.....	03
Relatório do Auditor Independente sobre as informações trimestrais.....	04
Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais.....	06
Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente.....	07
Balanços patrimoniais	08
Demonstrações dos resultados.....	10
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Demonstrações dos valores adicionados	14
Notas explicativas às informações trimestrais	15

Composição do Conselho de Administração

Presidente

Milton Frasson

Membros:

Antonio Julio Castiglioni Neto

Carlos Roberto de Albuquerque Sá

Cleyton Ricardo Batista

Daniel Rodrigues Aldigueri

Fabiano Martins de Oliveira

Gustavo Villaça Vargas Sampaio Braga

Mauro Antônio Gumiero Voltarelli

Rodrigo Bezerra da Silva

Wagner Fajardo Pereira

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô. ("Companhia"), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreende o balanço patrimonial nesta data e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) - Demonstração intermediária e com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) e com a Norma Internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Denúncias envolvendo a Companhia

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, Itens I, III e IV, "Denúncias envolvendo o Metrô - Cartel do Setor Metroferroviário e Empreiteiras (Operação Lava Jato)", "Impactos decorrentes da delação premiada" e "Sindicâncias Administrativas", respectivamente, às demonstrações financeiras, que apresenta informação sobre cartel, delação premiada de ex-diretor da Companhia celebrada com o Ministério Público Federal e sindicâncias instauradas. Com base no estágio atual de conhecimento dos assuntos pela Companhia, nenhuma provisão foi constituída nas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesta Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias.

São Paulo, 06 de agosto de 2025.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Informações trimestrais
Em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Declaração dos diretores sobre as informações trimestrais

Declaro, na qualidade de Diretor da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia revii, discuti e concordei com as informações trimestrais da Companhia referente aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2025.

São Paulo, 6 de agosto de 2025.

Antonio Julio Castiglioni Neto
Diretor-Presidente e Diretor Comercial em exercício

Leandro Kojima
Diretor de Assuntos Corporativos

Paulo Menezes Figueiredo
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Fábio Siqueira Netto
Diretor de Operações

Roberto Torres Rodrigues
Diretor de Engenharia e Planejamento



Declaração dos diretores sobre o parecer do auditor independente

Declaro, na qualidade de Diretor da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, empresa pública com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, nº 175, CEP 01014-920, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.070.362/0001-06, que juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia revi, discuti e concordei com a opinião expressada no relatório dos auditores independentes, referente às informações trimestrais da Companhia nos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2025.

São Paulo, 6 de agosto de 2025.

Antonio Julio Castiglioni Neto
Diretor-Presidente e Diretor Comercial em exercício

Leandro Kojima
Diretor de Assuntos Corporativos

Paulo Menezes Figueiredo
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Fábio Siqueira Netto
Diretor de Operações

Roberto Torres Rodrigues
Diretor de Engenharia e Planejamento

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Balancos Patrimoniais

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativo	Nota explicativa	30/06/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	621.057	470.878
Contas a receber	4	149.475	93.090
Estoques	5	204.586	207.106
Tributos a recuperar		15.217	10.664
Outros ativos		<u>38.377</u>	<u>34.436</u>
		1.028.712	816.174
Ativos não circulantes mantidos para venda		<u>3.547</u>	<u>3.547</u>
		1.032.259	819.721
Não circulante			
Contas a receber	4	5.487	5.628
Caixa restrito	6	38.625	39.038
Depósitos judiciais	7	89.560	109.943
Outros ativos		114.639	97.819
Investimentos		264.557	264.557
Imobilizado	8	44.332.093	42.595.615
Intangível	9	<u>41.595</u>	<u>48.759</u>
		44.886.556	43.161.359
Total do ativo		<u>45.918.815</u>	<u>43.981.080</u>

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Balancos Patrimoniais

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Passivo	Nota explicativa	30/06/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	11	688.172	364.923
Debêntures	12	112.938	112.986
Impostos e contribuições a recolher	13	32.094	51.129
Remunerações e encargos a pagar	14	306.945	221.344
Adiantamento de clientes	15	46.329	40.733
Partes relacionadas	16	39.445	30.888
Passivo de arrendamento		4.316	4.189
Outras contas e despesas a pagar		4.936	5.306
		<u>1.235.175</u>	<u>831.498</u>
Não circulante			
Debêntures	12	93.734	149.975
Remunerações e encargos a pagar	14	22.633	29.830
Adiantamento de clientes	15	696.549	427.379
Plano de previdência suplementar	17.2	46.942	44.797
Provisão para processos judiciais	18	1.549.836	1.432.317
Partes relacionadas	16	229.490	232.895
Passivo de arrendamento		1.050	3.065
		<u>2.640.234</u>	<u>2.320.258</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	19.2	52.492.032	52.492.032
Adiantamento para futuro aumento de capital	19.2	1.777.008	-
Ações em tesouraria		(16)	(16)
Ajustes de avaliação patrimonial		129.766	129.766
Prejuízos acumulados		(12.355.384)	(11.792.458)
		<u>42.043.406</u>	<u>40.829.324</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>45.918.815</u>	<u>43.981.080</u>

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações de resultados
Em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota explicativa	Três meses findo em		Seis meses findo em	
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Receita operacional líquida	20	690.134	675.008	1.348.524	1.284.452
Custo dos serviços prestados	21	<u>(652.383)</u>	<u>(680.822)</u>	<u>(1.300.635)</u>	<u>(1.368.795)</u>
Lucro (prejuízo) bruto		37.751	(5.814)	47.889	(84.343)
Receitas (despesas) operacionais	21				
Despesas com vendas		(4.785)	(5.232)	(9.363)	(14.323)
Despesas gerais e administrativas		(338.876)	(224.170)	(604.446)	(472.102)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>(7.812)</u>	<u>(18.782)</u>	<u>(932)</u>	<u>(19.030)</u>
		<u>(351.473)</u>	<u>(248.184)</u>	<u>(614.741)</u>	<u>(505.455)</u>
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(313.722)</u>	<u>(253.998)</u>	<u>(566.852)</u>	<u>(589.798)</u>
Resultado financeiro, líquido	22				
Receitas financeiras		22.397	14.255	35.949	49.010
Despesas financeiras		(15.013)	(17.597)	(31.054)	(38.539)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		<u>(646)</u>	<u>(844)</u>	<u>(969)</u>	<u>(754)</u>
		6.738	(4.186)	3.926	9.717
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(306.984)</u>	<u>(258.184)</u>	<u>(562.926)</u>	<u>(580.081)</u>
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	23	-	-	-	-
Prejuízo do período		<u><u>(306.984)</u></u>	<u><u>(258.184)</u></u>	<u><u>(562.926)</u></u>	<u><u>(580.081)</u></u>
Prejuízo do período por ação (em R\$)					
Básico - ON	24.1	(30,37)	(28,34)	(55,69)	(63,68)

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações dos resultados abrangentes

Em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Três meses findo em		Seis meses findo em	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Prejuízo do período	<u>(306.984)</u>	<u>(258.184)</u>	<u>(562.926)</u>	<u>(580.081)</u>
Valor justo sobre títulos e valores mobiliários	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.387</u>
Total do resultado abrangente	<u>(306.984)</u>	<u>(258.184)</u>	<u>(562.926)</u>	<u>(560.694)</u>

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	48.404.386	-	(16)	99.524	(11.436.960)	37.066.934
Prejuízo do período	-	-	-	-	(580.081)	(580.081)
Valor justo sobre títulos e valores mobiliários	-	-	-	19.387	-	19.387
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.687.843	-	-	-	1.687.843
Saldos em 30 de junho de 2024	48.404.386	1.687.843	(16)	118.911	(12.017.041)	38.194.083
Saldos em 31 de dezembro de 2024	52.492.032	-	(16)	129.766	(11.792.458)	40.829.324
Prejuízo do período	-	-	-	-	(562.926)	(562.926)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.777.008	-	-	-	1.777.008
Saldos em 30 de junho de 2025	52.492.032	1.777.008	(16)	129.766	(12.355.384)	42.043.406

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações dos fluxos de caixas
Em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	30/06/2025	30/06/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(562.926)	(580.081)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	407.660	420.506
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	9.715	37.117
Juros sobre debêntures	21.125	26.904
Juros sobre arrendamento	289	216
Juros sobre passivo atuarial	2.145	2.802
Provisão e atualizações para contencioso judicial e administrativo, líquida	117.519	45.857
Constituição de perda de crédito esperada	13.708	6.056
Provisão participação nos resultados	22.333	-
Provisão para perda obsolescência de estoque, líquida	-	(3.687)
Resultado líquido ajustado	<u>31.568</u>	<u>(44.310)</u>
Varição nos ativos operacionais		
Contas a receber	(69.952)	378.555
Estoques	2.520	(4.746)
Tributos a recuperar	(4.174)	1.473
Depósitos judiciais	20.383	2.544
Outros ativos	(20.761)	(12.783)
Varição nos passivos operacionais		
Fornecedores	323.249	(24.698)
Remunerações e encargos a pagar	56.071	24.305
Impostos e contribuições a recolher	(19.035)	(24.542)
Adiantamento de clientes	274.766	(4.698)
Partes relacionadas	5.152	(4.515)
Outras contas e despesas a pagar	(370)	474
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>599.417</u>	<u>287.059</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(2.137.892)	(1.662.964)
Aquisição de intangível	(9.140)	(22.938)
Caixa restrito	413	5.254
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(2.146.619)</u>	<u>(1.680.648)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.777.008	1.687.843
Amortização do principal sobre debêntures	(57.143)	(57.143)
Pagamento de juros sobre debêntures	(20.271)	(26.150)
Pagamento de arrendamento	(2.213)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	<u>1.697.381</u>	<u>1.604.550</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>150.179</u>	<u>210.961</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	470.878	307.497
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	621.057	518.458
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>150.179</u>	<u>210.961</u>
Transações que não afetaram o caixa		
Fornecedores de ativo imobilizado	-	17.448
Direito de uso de veículos (imobilizado/ arrendamento a pagar)	36	9.492

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Demonstrações dos valores adicionados
Em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	30/06/2025	30/06/2024
Receitas		
Receita de prestação de serviços e outras	1.380.343	1.320.816
Outras receitas	10.006	23.274
Constituição / (reversão) de perda de crédito esperada, líquida	(12.223)	(5.354)
	<u>1.378.126</u>	<u>1.338.736</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(219.405)	(217.498)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(254.392)	(178.001)
Perdas com ativos	(11.527)	(38.159)
	<u>(485.324)</u>	<u>(433.658)</u>
Valor adicionado bruto	892.802	905.078
Depreciação e amortização	(407.660)	(420.506)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	485.142	484.572
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros, lucros e dividendos sobre ações	-	253
Receitas financeiras	43.963	54.857
	<u>43.963</u>	<u>55.110</u>
Valor adicionado total a distribuir	529.105	539.682
Empregados		
Remuneração Direta	569.897	569.197
Benefícios	196.493	148.373
F.G.T.S.	51.478	90.453
Outros	101.623	161.684
	<u>919.491</u>	<u>969.707</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	131.106	102.100
Estaduais	-	(9)
Municipais	1.069	1.959
	<u>132.175</u>	<u>104.050</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações monetárias	33.990	38.901
Aluguéis	6.375	7.105
	<u>40.365</u>	<u>46.006</u>
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do período	(562.926)	(580.081)
	<u>(562.926)</u>	<u>(580.081)</u>
Valor adicionado total distribuído	529.105	539.682

1 Contexto operacional

A Companhia do Metropolitano de São Paulo ("Companhia" ou "Metrô"), é uma empresa pública com sede social em São Paulo – SP, na Rua Boa Vista, nº 175, Bloco B, 7º andar, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo - GESP, com 97,99% das ações ordinárias. A Companhia obteve em 6 de janeiro de 2023, o registro de Companhia Aberta - Categoria B, de acordo com a Resolução Nª 80 da Comissão de Valores Mobiliários "CVM". Nesta condição, a Companhia está autorizada apenas a emitir títulos e valores mobiliários, não podendo negociar suas ações em Bolsa de Valores.

A Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM, órgão do GESP, é responsável pelo planejamento e execução da política de transporte urbano de passageiros da região metropolitana de São Paulo.

A Companhia tem por objeto social, essencialmente:

- Operação comercial de prestação de serviço de transporte metroviário de passageiros;
- Planejamento de redes metroviárias e de transportes para a região metropolitana de São Paulo – RMSP;
- A construção e implementação de novos empreendimentos e sistemas metroferroviários;
- A exploração comercial de negócios adjacentes através dos espaços e ativos metroviários;
- Prestação de serviços e consultoria especializada em tecnologia.

O Metrô possui atualmente 4 (quatro) linhas comerciais em operação na cidade de São Paulo, sendo a Linha 1 – Azul (Jabaquara-Comitê Paralímpico Brasileiro - Tucuruvi), Linha 2 – Verde (Vila Madalena - Vila Prudente), Linha 3 – Vermelha (Corinthians-Itaquera – Palmeiras-Barra Funda) e Linha 15 – Prata (Vila Prudente – Jardim Colonial). Estas linhas operam de forma integrada e, conjuntamente, cobrem 71,4 quilômetros de extensão e transportaram a média de 3,04 milhões de passageiros nos dias úteis do trimestre findo em 30 de junho de 2025.

As principais obras em execução são: a extensão da Linha 2 – Verde (trecho Orfanato – Penha), a extensão da Linha 15 – Prata (trecho Ipiranga – Jacu-Pêssego incluindo Pátio Ragueb Chohfi) e a Linha 17 – Ouro (trecho Jd. Aeroporto de Congonhas – Morumbi (CPTM) e Pátio Água Espraiada), no sistema de transporte em mon trilhos.

Linha 4 – Amarela: encontra-se em concessão à iniciativa privada, para o Consórcio ViaQuatro, o trecho Vila Sônia – Luz pelo prazo de 30 anos, com previsão de término em 21 de junho de 2040. A Linha 4 – Amarela faz integração com a Linha 1 – Azul na Estação Luz, com a Linha 2 – Verde na estação Paulista e com Linha 3 – Vermelha na estação República.

Linha 5 – Lilás: encontra-se em concessão à iniciativa privada, para o Consórcio ViaMobilidade, o trecho Capão Redondo – Chácara Klabin pelo prazo de 20 anos, com término em 4 de agosto de 2038. A Linha 5 – Lilás faz integração com a Linha 1 – Azul na Estação Santa Cruz e com a Linha 2 – Verde na estação Chácara Klabin, e fará integração com a futura Linha 17 – Ouro (sistema monotrilha) na estação Campo Belo.

Linha 6 – Laranja: tanto a construção quanto a operação foram concedidas à iniciativa privada pelo GESP. O projeto prevê a ligação entre o bairro de Vila Brasilândia e a estação São Joaquim, já existente na Linha 1 – Azul. O prazo de concessão será de 19 anos após a conclusão das obras.

Dependência orçamentária do Governo do Estado de São Paulo:

Com base na Lei estadual nº 18.078 de 03 de janeiro de 2025, que orça a receita e fixa despesa do Estado para o exercício de 2025 (LOA 2025), a Companhia deixou a condição de empresa estatal dependente, nos termos da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e Portaria nº 589, de 27 de dezembro de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional.

A condição de não dependente orçamentária em relação ao Governo do Estado de São Paulo, reforça a capacidade de liquidez da Companhia, em linha com o não recebimento de subvenção do Governo do Estado de São Paulo para custeio das atividades operacionais, durante o exercício de 2024.

Importante destacar que a Companhia está sujeita ao estabelecimento de sua tarifa através de políticas públicas definidas pela Secretaria Transportes Metropolitanos - STM, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.

Entre os principais eventos ocorridos nos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2025, destacamos:

i) Apoio as linhas concedidas

Durante os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2025, o Governo do Estado de São Paulo – GESP aportou recursos financeiros, por meio da Lei nº 18.078 de 03 de janeiro de 2025, nos montantes de R\$ 253.753 e R\$ 422.817 respectivamente (R\$ 189.295 e R\$ 441.337 em 30 de junho de 2024), como apoio às Parcerias Público-Privadas - PPP, a fim de cobrir os montantes de perdas financeiras geradas devido ao impacto das concessões no sistema de arrecadação.

ii) Reajuste de preços das tarifas públicas de transporte - 2025

Em 26 de dezembro de 2024, a Secretaria dos Transportes Metropolitanos - STM, através do Ofício GS/STM nº427/2024 reajustou, a partir de 06 de janeiro de 2025, a tarifa básica do Sistema Metroferroviário de R\$ 5,00 para R\$ 5,20, um aumento de 4,0%. Esse reajuste é desdobrado para toda estrutura de tarifas aplicadas pela Companhia.

iii) Indicadores

No período findo em 30 de junho de 2025, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 202.916 (R\$ 496.775 negativo em 30 de junho de 2024). Nos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2025 apurou prejuízo de R\$ 306.984 e de R\$ 562.926, e fluxo de caixa operacional positivo de R\$ 599.417. Nos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2024, o prejuízo apurado foi de R\$ 258.184 e de R\$ 580.081 e o fluxo de caixa operacional positivo em R\$ 287.059.

Denúncias envolvendo o Metrô – Cartel do setor Metroferroviário e Empreiteiras (Operação Lava Jato)

i) Cartel do setor Metroferroviário:

Em 2013, a Procuradoria Geral do Estado, o Metrô e a CPTM propuseram ação judicial contra seis empresas em busca de indenizações decorrentes da prática de cartel na aquisição de trens e sistemas, baseados no acordo de leniência feito pela empresa Siemens junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Os contratos relacionados ao Metrô tratados nesta ação judicial são: concorrência internacional nº 40015212 para extensão da linha 2-Verde e contrato nº 4001521201 para implantação de sistemas para o trecho Ana Rosa - Ipiranga e sistema complementares para o trecho Ana Rosa - Vila Madalena da Linha 2 - Verde do Metrô de São Paulo.

A referida ação está em fase inicial, aguardando as citações de todas as empresas demandadas para apresentação de respostas.

O acordo mencionava uma atuação das empresas do setor metroferroviário no mundo, para coordenadamente burlarem a competitividade de mercado, entre 1998 e 2013.

No âmbito do CADE, dentre os casos abordados no Processo Administrativo n. 08700.004617/2013-41, detectou-se a realização das Concorrências 41377212 e 41377213 – que tiveram por objeto a prestação de serviços de modernização de trens com elaboração de projeto executivo e fornecimento de equipamentos para as frotas das Linhas 1- Azul e 3- Vermelha do Metrô de São Paulo; concluiu-se pela existência de superfaturamento. Identificou-se, também, a Concorrência 40015212/2005 para execução de projeto executivo, fornecimento e implantação de sistemas para o trecho Ana Rosa – Ipiranga e sistemas complementares para o trecho Ana Rosa – Vila Madalena da Linha 2 – Verde do Metrô de São Paulo; segundo julgado do CADE, tendo sido objeto de acordo anticompetitivo.

Em 10 de julho de 2019, foi proferida decisão pelo CADE condenando empresas pela formação de cartel e apresentados recursos em face da decisão proferida. Houve interposição de recursos de Embargos de Declaração com efeito suspensivo; após análise os recursos foram rejeitados parcialmente. Em 22 de dezembro de 2020 houve o trânsito em julgado do caso perante o CADE.

Em 17 de março de 2023, foi prolatado despacho pela Corregedoria do CADE para informar que o registro da inscrição da sanção aplicada à empresa ALSTOM Brasil Energia e Transporte Ltda. foi suspensa, conforme decisão proferida no seio do processo judicial n. 1050563-97.2020.4.01.3400 (TRF 1 Região).

Diante do curso do processo, a Companhia analisa eventuais reflexos e perdas em seu patrimônio líquido no período findo em 30 de junho de 2025, sendo que há expectativa de êxito à Companhia para ressarcimento dos eventuais prejuízos decorrentes da conduta das empresas envolvidas, uma vez que os contratos tidos por irregulares estão incluídos na ação judicial supracitada.

ii) *Cartel de Empreiteiras – Operação Lava Jato:*

Em 2017, o CADE instaurou processo administrativo n. 08700.003241/2017-81 para apurar a formação de cartel por empreiteiras que atuaram em licitações públicas, incluindo obras de metrô em sete Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul) e no Distrito Federal.

A apuração tramita perante autarquia federal e se vale de informações obtidas por meio de acordo de leniência firmado junto àquele Conselho pela construtora Camargo Corrêa e pelo Ministério Público Federal – MPF, tendo a investigação recebido contribuições de desdobramentos da 23ª fase da Operação Lava Jato.

O suposto esquema envolvia cinco empresas principais (“G-5”): Construções e Comércio Camargo Correa S.A.; Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Construtora OAS S.A.; Construtora Queiroz Galvão S.A com autorização para operar o equipamento “Shield”, comumente conhecido como “Tatuzão”, utilizado para projetos de construção de túneis metroviários, entre 1998 e 2014. Tais empresas teriam se organizado para a prática de condutas anticompetitivas.

Conforme informação contida no “histórico de conduta” (que faz parte do Acordo de Leniência), de acordo com os signatários, o mercado afetado pelas práticas anticompetitivas descritas abarca projetos de infraestrutura de transporte de passageiros sobre trilhos (em especial metrô e monotrilho) em licitações públicas no Brasil. As práticas relatadas foram, essencialmente, a execução das obras civis, contemplando obra bruta e acabamento e via permanente (não incluindo projetos de sistemas auxiliares, nem a compra ou manutenção do material rodante).

O relato dos signatários do Acordo de Leniência indica a concretização de acordos anticompetitivos para as obras das linhas 2 – Verde (Concorrência nº 40208212) e 5 - Lilás do Metrô (Concorrência nº 41428212).

Por oportuno, em 11 de dezembro 2023, houve a publicação, no Diário Oficial da União, de decisão que determinou a suspensão do Processo Administrativo n. 08700.003241/2017-81 do CADE.

A aludida suspensão deu-se em virtude de ordem judicial proferida no bojo do Mandado de Segurança Cível de nº 1109894-05.2023.4.01.3400 (que tramita na Seção Judiciária do Distrito Federal). Assim, ficou suspenso o processo administrativo do CADE em comento – aplicando-se a todos os representados constantes no processo, em cumprimento ao comando judicial emitido pela referida autoridade judiciária.

Há uma ação de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público Estadual, em 2011, que foi julgada procedente em 1º grau e confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Foram interpostos recursos às instâncias extraordinárias pelas empresas. A condenação imposta às contratadas das obras civis da Linha 5 – Lilás, ainda não transitada em julgado, foi no percentual de 17% do valor de cada contrato.

Em janeiro de 2021, a Companhia do Metrô, deu início a um cumprimento provisório do julgado em face das empresas Construtora Andrade Gutierrez S.A., Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A; Construtora Queiroz Galvão S.A. e Construtora OAS Ltda., no valor de R\$ 1.502.903, conforme condenação do julgado. A execução, contudo, foi suspensa em 10 de fevereiro de 2021 por decisão do Superior Tribunal de Justiça, não houve atualizações materiais deste a citada data. No estágio atual, aguarda-se o julgamento dos recursos interpostos pelas empreiteiras no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal.

iii) Impactos decorrentes de delação premiada – Operação Lava Jato

Durante o terceiro trimestre de 2019, a Companhia tomou conhecimento de que o ex-diretor Sérgio Correia Brasil, firmou acordo de delação premiada junto à Justiça Federal na operação Lava Jato para prestar esclarecimentos sobre fatos ocorridos durante os períodos de licitação e construção das linhas 2 - Verde, 5 - Lilás e 6 - Laranja. Segundo o delator, os episódios envolvendo o pagamento de propina teriam ocorrido entre 2004 e 2014. Embora Sérgio Correia Brasil tenha negociado o pagamento de aproximadamente R\$ 6.600 a título de ressarcimento aos cofres públicos, devido ao fato de o processo tramitar em segredo de justiça, a Companhia ainda não possui elementos materiais que possam ser utilizados como base para qualquer avaliação sobre os impactos decorrentes de eventuais perdas a serem refletidas nas Informações Trimestrais do período findo em 30 de junho de 2025.

Houve discussão sobre a competência entre a Justiça Federal e a Justiça Estadual para julgar as ações penais nº 0107992-40.2018.8.26.0050 e 0033961-49.2018.8.26.0050 que tramitavam na esfera Estadual, nas quais o Sr. Sérgio Correa Brasil é réu, tendo sido declarada a competência da Justiça Federal.

O processo nº 0005803-30.2017.4.03.6181, em curso perante a 3ª Vara Criminal Federal, originado por denúncia do Ministério Público Federal contra 14 (quatorze) réus, entre eles o Sr. Sergio Correa Brasil, tendo por objeto suposta prática de ilícitos de corrupção passiva e ativa, e do qual contam acordos de colaboração premiada dos réus e respectivos documentos comprobatórios das práticas ilícitas, encontra-se na fase de instrução, ainda sem decisão de 1ª instância, e que estava em curso em segredo de justiça, teve o sigilo dos autos transferido para os documentos, tendo sido concedida vista de algumas peças processuais. A Companhia do Metrô teve acesso as peças processuais consistentes em respostas dos acusados à denúncia, despachos judiciais, pronunciamentos do Ministério Público Federal, habeas corpus impetrados por alguns dos réus e respectivos julgamentos, mas não lhe foi dado conhecer o Acordo de Colaboração Premiada de seu ex-empregado, nem de seus Anexos, e nem mesmo dos outros réus.

Tendo em vista as decisões favoráveis nos habeas corpus impetrados pelos Réus não colaboradores e por dois réus colaboradores para trancamento da ação penal, sob o argumento que a denúncia estava alicerçada somente em elementos oriundos da palavra de colaboradores, neste momento processual, só restaram no polo passivo cinco Réus que celebraram acordo de colaboração premiada com o MPF: Fábio Andreani Gandolfo; Benedicto da Silva Júnior; Celso da Fonseca Rodrigues; Arnaldo Cumplido de Souza e Sergio Correa Brasil. Logo, não há na ação penal nenhum réu não colaborador. O processo criminal ficou suspenso aguardando o trânsito em julgado do HC impetrado pelo Réu colaborador Anuar Benedito Caram, que teve a ordem concedida para trancar a ação penal contra ele. O STJ negou provimento ao Recurso Especial proposto pelo MPF e manteve o trancamento da ação penal em face do Réu colaborador Anuar Benedito Caram, com trânsito em julgado em 06/05/2025. O Processo retomou o curso e aguarda manifestação do MPF quanto aos pedidos de trancamento da ação penal dos demais Réus colaboradores, Fábio Andreani Gandolfo; Benedicto da Silva Júnior; Celso da Fonseca Rodrigues; Arnaldo Cumplido de Souza e Sergio Correa Brasil.

Há uma ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, contra Sergio Correa Brasil, Gilmar Alves Tavares e AVBS Consultoria e Representação – Eireli, processo nº 1037523-40.2018.8.26.0053, 9ª Vara da Fazenda Pública, que tem origem na colaboração feita pelos representantes da empresa Camargo Correa, perante o Ministério Público Estadual, acerca do conluio havido entre as empresas que participaram da licitação para as obras civis da Linha 5 – Lilás (Concorrência nº 41428212). O valor da ação é de R\$ 336.916, com determinação de bloqueio de bens dos réus da ação.

O pedido da ação foi julgado procedente, condenando os réus ao pagamento de multa civil equivalente ao acréscimo patrimonial de R\$ 2.500, bem como condenando de forma solidária ao ressarcimento integral do dano material causado, de R\$ 326.915. O recurso de apelação foi provido em parte para adequar o valor da condenação a título de ressarcimento ao Erário, adotando o mesmo percentual adotado no julgamento dos recursos de apelação interpostos nos autos 0041369-29.20188.8.26.0053.

Tendo em vista o apurado em procedimento correccional da Corregedoria Geral da Administração (“CGA”), que o ex-empregado do Metrô Sérgio Correa Brasil teria praticado atos de improbidade com aumento desproporcional de patrimônio, foi proposta ação judicial indenizatória por ato de improbidade, processo nº 1071192-45.2022.8.26.0053, que visa ao reconhecimento da prática de atos ímprobos e ressarcimento de danos, com o pedido de condenação ao perdimento de bens acrescidos ilícitamente pela conduta praticada. O processo está na fase postulatória, com a citação do demandado.

A alta Administração reforça constantemente junto aos colaboradores, clientes e fornecedores seu compromisso de melhoria contínua nos seus programas de controles internos e compliance e vem tomando medidas internas para que haja o reforço de ações que tenham condições de mitigar atos de improbidade ou contrários às regras de governança estabelecidas pela Companhia.

iv) *Sindicâncias administrativas*

A Companhia possui sindicâncias administrativas em curso oriundas de denúncias internas ou externas e que podem envolver seus colaboradores ou partes interessadas. Tais processos são abertos para a apuração de supostas irregularidades que, quando concluídas, estabelecem recomendações e planos de ação que são executados pela Administração. Tais conclusões podem levar a Companhia a refletir registros de eventuais perdas apuradas em suas Informações Trimestrais.

2 Apresentação das informações trimestrais

2.1 Declaração de conformidade, base de preparação e apresentação

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com a norma NBC TG 21 (R4) (demonstração intermediária) e são apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

A emissão dessas informações trimestrais foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 06 de agosto de 2025.

As informações trimestrais da Companhia foram elaboradas com base no Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação e estão expressas em milhares de Reais, bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

A preparação das informações trimestrais da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo;

A demonstração do valor adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

As informações trimestrais – ITR aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas, práticas contábeis e métodos de mensuração de estimativas adotados e apresentados detalhadamente nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2025	31/12/2024
Caixa e bancos - custeio	8.070	8.584
Caixa e bancos - investimento	10.404	22
Total de caixa e bancos	18.474	8.606
Aplicações financeiras - liquidez imediata		
Aplicações - custeio	576.169	395.471
Aplicações - investimento	26.414	66.801
Total de aplicações financeiras - liquidez imediata	602.583	462.272
Total de custeio	584.239	404.055
Total de investimento	36.818	66.823
Total de caixa e equivalentes de caixa	621.057	470.878

De acordo com o Decreto Estadual nº 60.244/14, as aplicações financeiras da Companhia são administradas pela corretora de valores do SIAFEM ligada à Secretaria da Fazenda – SEFAZ. O perfil de aplicação está voltado a títulos de baixo risco e correspondem a aplicações indexadas pelo Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Parte menor é alocada em fundos de investimento de curto prazo administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. A totalidade dos valores classificados como caixa e equivalentes de caixa é denominada em moeda nacional.

No período findo em 30 de junho de 2025, a remuneração média é de 101,84% do CDI. (95,72% em 31 de dezembro de 2024).

4 Contas a receber

4.1 Contas a receber, líquidos

	30/06/2025	31/12/2024
Terceiros	405.862	401.067
Partes relacionadas		
Transporte de passageiros - GESP ^(a)	121.454	61.466
Outros ^(b)	4.675	991
	531.991	463.524
Perda de crédito esperada	(377.029)	(364.806)
Total do contas a receber, líquido	154.962	98.718
Total - circulante	149.475	93.090
Total - não circulante	5.487	5.628

(a) GESP e Metrô reafirmaram, em 20 de julho de 2022, um Termo de Acordo visando à recomposição da receita tarifária, decorrente da diferença entre a remuneração contratual paga às concessionárias privadas e a venda de direito de viagem do sistema metroferroviário (tarifa pública). O saldo inclui também os valores referentes a gratuidades legalmente concedidos aos passageiros.

(b) No período findo em 30 de junho de 2025, inclui o montante de R\$ 2.139 (R\$ 72 em 31 de dezembro de 2024) referente a valores a receber pela Companhia pela cessão de profissionais pertencentes ao seu quadro às outras empresas ligadas à administração do GESP.

4.2 Contas a receber vencidos e a vencer

A composição de contas a receber por idade de vencimento, líquida de estimativa para perda de crédito, é como segue:

	30/06/2025			31/12/2024		
Circulante e não circulante	Saldo	Estimativa de perda	Saldo líquido	Saldo	Estimativa de perda	Saldo líquido
A vencer	151.877	(4.406)	147.471	96.028	(4.381)	91.647
Vencidos até 30 dias	2.915	(1.274)	1.641	4.578	(2.619)	1.959
Vencidos de 31 até 60 dias	3.413	(1.679)	1.734	4.151	(2.664)	1.487
Vencidos de 61 até 90 dias	3.750	(2.302)	1.448	4.053	(2.684)	1.369
Vencidos de 91 até 180 dias	8.861	(6.625)	2.236	11.296	(9.040)	2.256
Vencidos de 181 até 360 dias	23.138	(22.706)	432	18.867	(18.867)	-
Vencidos superiores a 360 dias	338.037	(338.037)	-	324.551	(324.551)	-
Total	531.991	(377.029)	154.962	463.524	(364.806)	98.718
Total - circulante	526.504	(377.029)	149.475	457.896	(364.806)	93.090
Total - não circulante	5.487	-	5.487	5.628	-	5.628

4.3 Movimentação da perda de crédito esperada

	30/06/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	(364.806)	(338.514)
Adições	(13.708)	(27.277)
Créditos baixados definitivamente da posição	1.485	985
Total	(377.029)	(364.806)

5 Estoques

	30/06/2025	31/12/2024
Materiais de uso comum e administrativo	5.119	5.287
Materiais de reposição	164.232	166.766
Materiais de consumo geral e manutenção	33.155	33.513
Materiais em poder de terceiros ^(a)	1.680	948
Outros	400	592
Total	204.586	207.106

^(a) Trata-se de materiais de giro enviados para terceiros a título de empréstimos, reparos, beneficiamentos e testes.

6 Caixa restrito

No período findo em 30 de junho de 2025, o montante de caixa restrito é de R\$ 38.625 (R\$ 39.038 em 31 de dezembro de 2024).

O caixa restrito é destinado exclusivamente à garantia aos debenturistas da Companhia, e desta forma possui restrição de uso, conforme nota explicativa nº 12.

7 Depósitos judiciais

	30/06/2025	31/12/2024
Trabalhistas	18.847	18.360
Cíveis	69.453	90.217
Tributários e previdenciários	1.260	1.366
Total	89.560	109.943

Os valores são compostos por depósitos judiciais, depósitos recursais e bloqueios, relativos a ações trabalhistas, cíveis e tributárias, realizados para garantir a execução de tais ações.

A Companhia possui apólice de seguro fiança com o objetivo de oferecer garantias a processos judiciais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 26 – Cobertura de seguros. Em 30 de junho de 2025, o montante de garantias oferecidas sob a cobertura da apólice é de R\$ 443.407 (R\$ 344.002 em 31 de dezembro de 2024), conforme nota explicativa nº 25.10.

8 Imobilizado

8.1 Composição

	Taxa anual ponderada de depreciação	31/12/2024	Adições ^(c)	Baixas	Transferências	30/06/2025
Custo						
Obras civis ^(a)		22.036.115	43.639	(21)	-	22.079.733
Sistemas ^(b)		11.912.172	57.393	(9.704)	16.126	11.975.987
Terrenos		3.205.967	74.522	-	-	3.280.489
Obras em andamento		12.001.904	1.789.666	-	202.070	13.993.640
Adiantamentos		940.862	172.672	-	(218.196)	895.338
Bens Móveis - Arrendamento		9.432	36	-	-	9.468
Total		50.106.452	2.137.928	(9.725)	-	52.234.655
Depreciação						
Obras civis ^(a)	1,25%	(4.168.491)	(166.817)	10	-	(4.335.298)
Sistemas ^(b)	2,90%	(3.339.516)	(223.014)	-	-	(3.562.530)
Bens Móveis - Arrendamento		(2.830)	(1.904)	-	-	(4.734)
Total		(7.510.837)	(391.735)	10	-	(7.902.562)
Total imobilizado		42.595.615	1.746.193	(9.715)	-	44.332.093

^(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, instalações, equipamentos e outras estruturas.

^(b) Inclui material rodante (trens) e sistemas de vias auxiliares.

^(c) As principais adições no período ocorreram nas linhas: 2 – Verde, de R\$ 898 milhões, 17 – Ouro, de R\$ 622 milhões, e 15 – Prata, de R\$ 361 milhões.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às informações trimestrais
Em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Taxa anual ponderada de depreciação	31/12/2023	Adições ^(c)	Baixas	Transferências ^(d)	30/06/2024
Custo						
Obras civis ^(a)		21.391.254	18.284	(19.780)	583.058	21.972.816
Sistemas ^(b)		11.653.376	18.331	(37.075)	165.019	11.799.651
Terrenos		3.297.358	16.226	-	-	3.313.584
Obras em andamento		9.466.844	1.342.764	-	(629.438)	10.180.170
Adiantamentos		498.658	267.359	-	(118.639)	647.378
Bens Móveis - Arrendamento		-	9.492	-	-	9.492
Total		46.307.490	1.672.456	(56.855)	-	47.923.091
Depreciação						
Obras civis ^(a)	1,25%	(3.799.010)	(191.336)	2.290	-	(3.988.056)
Sistemas ^(b)	2,90%	(2.909.718)	(217.411)	-	-	(3.127.129)
Bens Móveis - Arrendamento		-	(948)	-	-	(948)
Total		(6.708.728)	(409.695)	2.290	-	(7.116.133)
Total imobilizado		39.598.762	1.262.761	(54.565)	-	40.806.958

^(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, instalações, equipamentos e outras estruturas.

^(b) Inclui material rodante (trens) e sistemas de vias auxiliares.

^(c) As principais adições no período ocorreram nas linhas: 2 – Verde, de R\$ 1.064 milhões, 17 – Ouro, de R\$ 170 milhões e 15 – Prata, de R\$ 146 milhões.

^(d) As principais transferências no período ocorreram nas linhas: 15 – Prata, de R\$ 432 milhões, e 4 – Amarela, de R\$ 189 milhões.

8.2 Ativos sob concessão

A Companhia, conjuntamente com o acionista controlador – GESP, pode avaliar eventuais oportunidades de concessão de parte de sua operação de transporte à iniciativa privada.

O poder concedente é o GESP (responsável pela contrapartida no recebimento da outorga pela concessionária) enquanto o Metrô figura como interveniente, e, findo o período de concessão, conforme previsão contratual, a operação comercial é retomada para a Companhia, sendo utilizados os mesmos ativos de infraestrutura já registrados nas Demonstrações Financeiras como “ativos sob concessão”.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às informações trimestrais
Em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



No período findo em 30 de junho de 2025, os ativos imobilizados sob concessão são demonstrados a seguir:

	Taxa anual ponderada de depreciação	Custo de aquisição		30/06/2025
		Linha 4	Linha 5	
Custo				
Obras civis ^(a)		4.416.398	8.146.328	12.562.726
Sistemas ^(b)		1.389.609	2.425.121	3.814.730
Terrenos		221.988	750.075	972.063
Obras em Andamento		34.514	-	34.514
Total		6.062.509	11.321.524	17.384.033
Depreciação				
Obras civis ^(a)	1,25%	(640.243)	(844.035)	(1.484.278)
Sistemas ^(b)	2,90%	(316.172)	(379.279)	(695.451)
Total		(956.415)	(1.223.314)	(2.179.729)
Total do imobilizado sob concessão		5.106.094	10.098.210	15.204.304

^(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, outras estruturas, instalações e equipamentos.

^(b) Inclui material rodante (trens), sistemas de vias auxiliares.

No período findo em 30 de junho de 2024, os ativos imobilizados sob concessão são demonstrados a seguir:

	Taxa anual ponderada de depreciação	Custo de aquisição		30/06/2024
		Linha 4	Linha 5	
Custo				
Obras civis ^(a)		4.412.667	8.191.196	12.603.863
Sistemas ^(b)		1.373.469	2.422.898	3.796.367
Terrenos		217.497	843.314	1.060.811
Obras em Andamento		31.053	-	31.053
Total		6.034.686	11.457.408	17.492.094
Depreciação				
Obras civis ^(a)	1,25%	(578.027)	(719.160)	(1.297.187)
Sistemas ^(b)	2,90%	(274.915)	(299.271)	(574.186)
Total		(852.942)	(1.018.431)	(1.871.373)
Total do imobilizado sob concessão		5.181.744	10.438.977	15.620.721

^(a) Inclui edifícios, estações, túneis, elevados, terminais, outras estruturas, instalações e equipamentos.

^(b) Inclui material rodante (trens), sistemas de vias auxiliares.

9 Intangível

9.1 Ativos intangíveis com vida útil definida

	Taxa média ponderada	Saldo em 31/12/2024	Adições	Saldo em 30/06/2025
Softwares	20% a.a.			
Custo de Aquisição		200.644	9.140	209.784
Amortização		(151.885)	(16.304)	(168.189)
Total do intangível		<u>48.759</u>	<u>(7.164)</u>	<u>41.595</u>

10 Remuneração dos administradores

Os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus dirigentes são estabelecidos de acordo com plano de cargos e salários, de benefícios e por legislação específica.

Nos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024, os totais de remuneração (salários, honorários, gratificações, adicionais, férias e 13º salário), participação nos resultados, encargos sociais, benefícios (assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação e seguro de vida) e previdência suplementar dos administradores, remuneração dos Conselhos e do Comitê de Auditoria são apresentados a seguir:

	Três meses findo em		Seis meses findo em	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Administradores				
Remuneração	893	661	1.774	1.323
Participação nos resultados - PPR	-	22	-	44
Encargos sociais	138	88	267	181
Benefícios	97	86	194	172
Previdência suplementar	31	29	60	59
Total	<u>1.159</u>	<u>886</u>	<u>2.295</u>	<u>1.779</u>
Conselhos e Comitê de Auditoria	546	588	1.104	1.243
Total no período	<u>1.705</u>	<u>1.474</u>	<u>3.399</u>	<u>3.022</u>
Número de Membros (ao fim do período)				
Conselho de Administração	10	11	10	11
Conselho Fiscal - efetivos	4	5	4	5
Comitê de Auditoria Estatutária	4	4	4	4
Diretoria Executiva	5	5	5	5

No período findo em 30 de junho de 2025, o maior honorário pago para diretor estatutário foi de R\$ 32.908,97 e para diretor não estatutário R\$ 41.547,20, respectivamente (R\$ 32.908,97 e R\$ 34.572,89 no período findo em 30 de junho de 2024).

11 Fornecedores

	30/06/2025	31/12/2024
Terceiros nacionais		
Fornecedores de sistemas	283.422	136.341
Empreiteiras - obras civis	241.052	78.393
Prestação de serviços	76.333	90.742
Outros	40.249	30.113
Energia elétrica	5.075	5.320
Fornecedores nacionais	646.131	340.909
Fornecedores internacionais	42.041	24.014
Total	688.172	364.923

12 Debêntures

	Vencimento	Taxa de juros a.a.	31/12/2024					30/06/2025				
			Circulante	Não circulante	Total	Juros incorridos	Amortização de custos	Juros pagos	Pagamento de principal	Circulante	Não circulante	Total
Debêntures	04/2027	CDI + 4,5%	112.986	149.975	262.961	20.223	902	(20.271)	(57.143)	112.938	93.734	206.672
Total			112.986	149.975	262.961	20.223	902	(20.271)	(57.143)	112.938	93.734	206.672

12.1 Debêntures

Em 25 de abril de 2022, a Companhia concluiu a 2ª emissão pública por meio da emissão de 400 mil debêntures, não conversíveis em ações, de valor unitário R\$ 1 mil, com o objetivo de garantir o nível de liquidez de suas atividades operacionais. O montante total captado foi de R\$ 400.000 a taxa de juros correspondente à remuneração de 4,50% a.a. + CDI., com vencimento em 25 de abril de 2027. Os custos de emissão totalizaram R\$ 9.021 e são amortizados pelo método da taxa efetiva ao longo do período de vigência da operação.

Nos primeiros 18 meses da emissão, os juros foram pagos semestralmente, e a partir de novembro de 2023, a Companhia passou a realizar o pagamento dos juros e a parcela do principal da dívida de forma mensal.

A emissão conta com garantia de cessão fiduciária do fluxo de venda de bilhetes unitários (*QR Code*), sendo que o valor mínimo para fazer frente aos pagamentos dos juros remuneratórios são mantidos em caixa restrito.

No período findo em 30 de junho de 2025, a Companhia possui o montante de R\$ 38.625 mantido como caixa restrito, conforme nota explicativa nº 6.

As debêntures possuem cláusula de vencimento antecipado relacionada a manutenção da capacidade de pagamento da Companhia, e relacionado ao montante de empréstimo contraído ("índice financeiro"), o qual não deve ser superior ao limite de dívida bruta de R\$ 700.000, sendo considerado no montante os empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídas as debêntures e quaisquer outros títulos e valores mobiliários representativo de dívidas. No período findo em 30 de junho de 2025, a Companhia possui endividamento inferior ao limite estabelecido.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às informações trimestrais
Em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



12.2 Cronograma de vencimento

O cronograma de vencimento das debêntures, líquido dos custos de emissão, é apresentado abaixo:

	2025	2026	2027	Total
Debêntures	56.696	112.481	37.495	206.672
Total	56.696	112.481	37.495	206.672

13 Impostos e contribuições a recolher

	30/06/2025	31/12/2024
Circulante		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	-	171
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	21.102	34.723
PIS e Cofins - sobre receitas não tarifárias e importação	2.308	4.241
PIS, COFINS e CSLL - retenção da contratação de serviços	4.689	7.618
Contribuição previdenciária sobre receita bruta - CPRB	3.327	3.831
Parcelamentos tributários	-	72
Outros impostos e contribuições ^(a)	668	473
Total	32.094	51.129

(a) Inclui valores a recolher relativos a ISS, ICMS e CIDE.

14 Remunerações e encargos a pagar

	30/06/2025	31/12/2024
Circulante		
Férias	129.693	139.014
Encargos sociais	82.265	62.508
13º salário	40.714	-
Salários e rescisões a pagar	1.791	637
Incentivo benefício saúde - PDI	18.555	12.572
Parcelamentos previdenciários ^(a)	8.807	4.257
Participação no resultado - PPR	22.333	-
Outros valores a pagar ^(b)	2.787	2.356
Total	306.945	221.344
Não circulante		
Parcelamentos previdenciários ^(a)	17.347	25.251
Incentivo benefício saúde - PDV/PDI	5.286	4.579
Total	22.633	29.830
Total geral	329.578	251.174

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia aderiu ao parcelamento previdenciário referente aos débitos de INSS FAP do ano de 2016, no montante de R\$ 15.471, o qual será liquidado em 60 parcelas mensais.

(b) Inclui pensões judiciais.

14.1 Plano de desligamento incentivado

i) Programa de Desligamento Incentivado – PDI - Ano 2022

A Companhia promoveu um Programa de Desligamento Incentivado – PDI cujo período de adesão inicial dos colaboradores iniciou em 13 de dezembro de 2021 e se encerrou em 14 de janeiro de 2022.

Desde o início do programa, a Companhia desligou 742 colaboradores e o custo total incorrido foi de R\$ 272.669, sendo que no exercício de 2024 os custos incorridos foram de R\$ 53.005.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia encerrou o referido programa.

ii) Programa de Desligamento Incentivado – PDI - Ano 2023

Em 17 de novembro de 2023 a Companhia abriu as inscrições para o novo Programa de Desligamento Incentivado (PDI), cujo prazo de adesão inicial se encerrou em 22 de dezembro de 2023. Em 11 de novembro de 2024, o prazo para realização dos desligamentos foi prorrogado por mais 12 meses, e em 07 de fevereiro de 2025 a Companhia reabriu as inscrições para o programa, cujo prazo de adesão se encerrou em 21 de março de 2025.

Desde o início do programa, a Companhia desligou 507 colaboradores e para concluí-lo, ainda é necessário o desligamento de 155 colaboradores, totalizando 662 inscritos.

Os desligamentos iniciaram no exercício de 2024, e os custos incorridos foram de R\$ 177.121. A estimativa para concluir o desligamento dos 155 colaboradores remanescentes é de R\$ 59.048.

Os colaboradores inscritos no programa só podem ser desligados mediante aceite da Companhia. Os benefícios financeiros oferecidos pelo programa consistem no pagamento de verbas rescisórias e de abono pecuniário para o custeio do plano de saúde por um período de até 24 meses.

O programa prevê que a Companhia tenha o poder de aceitar a adesão do colaborador, bem como as datas de desligamento, considerando a capacidade financeira da empresa e o impacto nas atividades das áreas.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às informações trimestrais
Em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



15 Adiantamento de clientes

	30/06/2025	31/12/2024
Circulante		
Créditos em poder do passageiro	28.395	26.526
Arrendamentos a apropriar	808	5.462
Centros comerciais ^(a)	12.885	3.898
Outros	4.241	4.847
Total	46.329	40.733
Não circulante		
Centros comerciais ^(a)	388.767	123.691
Arrendamentos a apropriar	307.444	303.350
Outros	338	338
Total	696.549	427.379
Total geral	742.878	468.112

^(a) Em 30 de junho de 2025, inclui R\$ 296.872, no curto e longo prazo, de adiantamento de clientes do Consórcio Shopping Metro Itaquera, o qual se refere à antecipação das remunerações recebidas pela Companhia pelo direito de uso dos terrenos ao norte da Estação Corinthians – Itaquera, assim como pela extensão da vigência contratual em 20 anos. Inclui também R\$ 278.394, no curto e longo prazo, de adiantamento de clientes do Consórcio Condeshop, concessionário dos Shoppings Metrô Tatuapé e Boulevard Tatuapé, referente à antecipação de receitas e pelo direito de uso dos terrenos adjacentes à estação Tatuapé do Metrô, assim como pela extensão da vigência contratual em 50 anos.

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às informações trimestrais
Em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



16 Transações com partes relacionadas

		30/06/2025			31/12/2024		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Partes relacionadas	Natureza da principal operação						
Ativos							
GESP	C/R - Serviços de transporte ^(a)	121.454	-	121.454	61.466	-	61.466
Metrus - Instituto	C/R - Parcelamento dep. Judicial ^(b)	-	114.380	114.380	-	97.560	97.560
Outros	C/R - Diversos ^(c)	4.675	-	4.675	991	-	991
		<u>126.129</u>	<u>114.380</u>	<u>240.509</u>	<u>62.457</u>	<u>97.560</u>	<u>160.017</u>
Passivos							
CBTU	C/P - Convênios ^(d)	(3.874)	(209.228)	(213.102)	(3.874)	(211.165)	(215.039)
Metrus - Instituto	C/P - Previdência e saúde ^(e)	(24.405)	-	(24.405)	(23.073)	-	(23.073)
Metrus - Instituto	C/P - Parcelamento ^(f)	(3.559)	(20.262)	(23.821)	(3.524)	(21.730)	(25.254)
lamspe	C/P - Saúde ^(g)	(248)	-	(248)	(417)	-	(417)
GESP	C/P - Gratuidades ^(h)	(542)	-	(542)	-	-	-
PRODESP	C/P - Proc. Dados ⁽ⁱ⁾	(6.817)	-	(6.817)	-	-	-
		<u>(39.445)</u>	<u>(229.490)</u>	<u>(268.935)</u>	<u>(30.888)</u>	<u>(232.895)</u>	<u>(263.783)</u>
Patrimônio líquido							
GESP	C/S - Afac ^(j)	-	-	(1.777.008)	-	-	-
GESP	C/S - Integralização de capital ^(k)	-	-	-	-	-	(4.087.644)
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.777.008)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.087.644)</u>
		Três meses findos em		Seis meses findos em			
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024		

		Três meses findos em		Seis meses findos em	
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Resultado	Natureza				
GESP	Receita tarifária - apoio a PPP ^(l)	274.702	244.404	484.271	450.980
GESP	Receita com gratuidades ^(m)	155.328	147.210	287.522	264.208
CBTU	C/P - Convênios ^(d)	969	969	1.937	1.937
Metrus - Instituto	C/P - Previdência e saúde ^(e)	(61.908)	(58.611)	(123.507)	(115.887)
Metrus - Instituto	C/P - Parcelamento ^(f)	(805)	(693)	(1.307)	(1.434)
lamspe	C/P - Saúde ^(g)	(701)	(983)	(1.373)	(1.462)
Administração	Despesas com folha ⁽ⁿ⁾	(1.705)	(1.474)	(3.399)	(3.022)
PRODESP	Provisão com Proc. de Dados ^(o)	(7.025)	-	(7.159)	-
Total		<u>358.855</u>	<u>330.822</u>	<u>636.985</u>	<u>595.320</u>

- (a) Montantes a receber do Governo do Estado de São Paulo referentes a ressarcimentos da operação de transporte de passageiros, conforme nota explicativa nº 4.1. O saldo inclui também os valores referentes a gratuidades legalmente concedidos aos passageiros.
- (b) Refere-se ao valor de principal pago pela Companhia ao Metrus em decorrência de acordo de ressarcimento do depósito judicial realizado no âmbito do processo movido pela EMTEL.
- (c) Conforme demonstrado na nota 4.1 (a) Contas a receber, líquidos, refere-se a ressarcimento pela cessão de profissionais pertencentes ao seu quadro às outras empresas ligadas à administração do GESP. Inclui também notas de débito referente a serviços diversos prestados pela Companhia às empresas ligadas.
- (d) O saldo do passivo corresponde ao montante a apropriar ao resultado da subvenção para investimento recebida da CBTU.
O montante contido no resultado corresponde a receita apropriada no período.
- (e) O saldo do passivo ao Metrus – Instituto de Seguridade Social, referente à contribuição da patrocinadora sobre os planos de previdência privada (Plano I e Plano II) e assistência médica de seus empregados.
O montante contido no resultado corresponde a despesa reconhecida no período.
- (f) Refere-se a honorários advocatícios no âmbito do processo movido pela EMTEL, dos quais a Companhia deve ressarcimento ao Metrus.
- (g) O saldo de repasse ao lamspe – Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, referente a assistência médica dos empregados que aderiram ao plano.
- (h) Trata-se da obrigação de transporte de passageiros com benefícios de gratuidades, cuja remuneração a Companhia já recebeu.
- (i) Saldo do passivo da PRODESP referente a provisão e prestação de serviço de Processamento de Dados.
- (j) Refere-se ao adiantamento para futuro aumento de capital social, realizado pelo GESP.
- (k) Refere-se ao aporte de capital social realizado pelo GESP.

- (l) Refere-se a parcela da receita tarifária que é ressarcida pelo GESP, em virtude do modelo de apoio às Parcerias Público-Privadas - PPP, a fim de cobrir os montantes de perdas financeiras geradas devido ao impacto das concessões no sistema de arrecadação.
- (m) Reconhecimento de receita proveniente do transporte de passageiros com benefício de gratuidade conforme nota explicativa nº 20.
- (n) Trata-se de valor pago a título de honorários de Diretoria Executiva, Conselhos e Comitê.
- (o) Despesa da PRODESP referente a provisão e prestação de serviço de Processamento de Dados.

17 Planos de previdência suplementar

17.1 Planos de benefícios

A Companhia assegura o custeio de planos de aposentadoria suplementar vitalícia estruturados na modalidade de benefício definido (Plano I) e contribuição definida (Plano II) voltados aos seus empregados e administrados pelo Metrus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, na qual o Metrô é patrocinadora.

i) Benefício definido (Plano I)

Concedido a empregados até 1999, com contribuições fixas, prevendo o pagamento de benefícios de renda suplementar vitalícia para participantes com no mínimo 60 anos de idade e 10 anos de participação no plano.

ii) Contribuição definida (Plano II)

Concedido a empregados após 1999 e para participantes que aceitaram a migração do Plano I, prevendo contribuições fixas, podendo ser suplementadas de contribuições variáveis e que, ao final, pode chegar à mesma estrutura de pagamento dos benefícios, nas mesmas condições de tempo de participação no plano e idade aplicados no Plano I.

Ambos os planos são limitados à curva de remuneração do saldo da cota vigente ao participante quando este é elegível ao benefício, e são limitados a até 70% da remuneração atual do profissional.

A diferença é que: no Plano I, o participante tem assegurado pela patrocinadora o direito ao benefício de 70% da remuneração, se cumprido o plano de contribuições e independentemente da performance de ativos e passivos financeiros do plano; no Plano II, os valores dos benefícios estão condicionados aos aportes adicionais que o participante pode realizar e à performance dos ativos e passivos do plano.

A Companhia oferece o benefício de pensão por morte ao participante assistido e de aposentadoria por invalidez.

17.2 Movimentação do passivo atuarial líquido e valor justo dos ativos do plano e obrigações atuariais

	Plano I
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	120.488
Custo do serviço corrente	3.183
Juros sobre obrigação atuarial	11.209
Contribuições da patrocinadora	(5.662)
Ganhos atuariais - ORA (2024)	(39.624)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	89.594
Juros sobre obrigação atuarial	4.290
Saldo final em 30 de junho de 2025	93.884
Valor presente das obrigações atuariais	1.505.760
Valor justo dos ativos do plano	(1.411.876)
Passivo líquido em 30 de junho de 2025	93.884
50% sob responsabilidade da Cia do Metrô	46.942

No período findo em 30 de junho de 2025, o montante de benefícios pagos conjuntamente pelos dois planos é de R\$ 115.451. (Em 30 de junho de 2024, o montante pago foi de R\$ 136.917).

18 Provisão para processos judiciais

A Companhia é polo passivo em uma série de ações judiciais referentes ao curso normal dos negócios, incluindo ações nas esferas trabalhista, cível, tributária e previdenciária.

Os prazos e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado dos processos judiciais.

A composição da provisão para processos judiciais é apresentada abaixo:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Atualizações monetárias / recálculo do valor em risco	Liquidações/ reversões	Saldo em 30/06/2025
Trabalhistas	234.408	11.523	11.437	(48.460)	208.908
Cíveis	1.188.512	87.120	71.732	(11.762)	1.335.602
Tributários e previdenciários	9.397	8	516	(4.595)	5.326
Total	1.432.317	98.651	83.685	(64.817)	1.549.836

18.1 Processos trabalhistas

No período findo em 30 de junho de 2025, a Companhia figura no polo passivo em 3.462 processos de natureza trabalhista (3.646 processos em 31 de dezembro de 2024).

Os processos trabalhistas estão relacionados, principalmente, aos pleitos sobre periculosidade, equiparação salarial e horas extras.

18.2 Processos cíveis

No período findo em 30 de junho de 2025, a Companhia figura no polo passivo em 660 processos de natureza cível (652 processos em 31 de dezembro de 2024).

Os processos cíveis estão relacionados, principalmente, a pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro contratual e indenizações por dano material e moral. Dentre os processos cíveis, destacam-se, pela sua relevância, as ações descritas a seguir:

Processo Turma da Rua

Conforme convênio celebrado em outubro de 1988, o Metrô assumiu a responsabilidade pela administração do Programa Turma da Rua, permanecendo o Metrô responsável por todos os custos dele decorrentes, em atenção às determinações do GESP. Neste sentido, o Metrô repassou os recursos necessários ao Metrô para a liquidação das obrigações. A mão de obra para a execução deste Programa foi terceirizada com a contratação da EMTEL – Recursos Humanos e Serviços Terceirizados Ltda.

O contrato com a EMTEL foi encerrado em 06 de março de 1995, quando a administração do Programa voltou à responsabilidade do Metrô, a título emergencial, uma vez que os serviços não podiam ser interrompidos e não havia possibilidade legal de prorrogação do contrato.

Existem, atualmente, demandas judiciais entre EMTEL e Metrô, onde se discutem indenizações trabalhistas acrescidas de custas processuais, correção monetária, juros de mora e de honorários advocatícios, que o Instituto não reconhece como sua obrigação. Adicionalmente, foram movidas diversas reclamações trabalhistas contra a EMTEL, nas quais o Metrô também poderá vir a ter de responder solidariamente pelas obrigações decorrentes.

Assim, em decorrência do convênio celebrado entre o Metrô e Metrô, quaisquer despesas provenientes destes processos, desde que devidas pelo Instituto, serão, ao final, suportadas pelo Metrô e pelo GESP. No período findo em 30 de junho de 2025, o montante provisionado para esta contingência, por conta de sua probabilidade provável, é de R\$ 990.995 (R\$ 936.353 em 31 de dezembro de 2024).

18.3 Processos tributários e previdenciários

No período findo em 30 de junho de 2025, a Companhia figura no polo passivo em 247 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária (Em 31 de dezembro de 2024, são 298 processos).

De maneira geral, os processos tributários e previdenciários estão relacionados, principalmente, a isenções de cobrança do ISS referente a demolições, multas aplicadas e discussões sobre a incidência de diversos tributos.

18.4 Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificada pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível.

	30/06/2025	31/12/2024
Trabalhistas ^(a)	478.833	392.397
Cíveis ^(b)	4.595.290	4.613.425
Tributários e previdenciários	26.551	39.739
Total	<u>5.100.674</u>	<u>5.045.561</u>

^(a) Os principais pleitos dos processos trabalhistas se referem a: equiparação salarial entre empregados, reintegração ao quadro de empregados, e base de cálculo das horas extras.

- (b) Os dez maiores processos judiciais cíveis, não provisionados, tem como autor da ação as seguintes empresas: Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (2 processos), Corsan-Corviam Construccion S.A do Brasil, Consórcio Construcap-Constran, Camargo Corrêa, Bombardier Transportation Brasil Ltda (3 processos), Consórcio Linha Amarela, Snef Serviços e Montagens Ltda e Inepar S/A Indústria E Construções. Esses processos possuem estimativa de perda no montante de R\$ 3.057.536 e se referem principalmente a pleito de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos firmados com a Companhia. Os demais processos no montante de R\$ 2.043.138 estão distribuídos em diversas ações e compõem o saldo total classificado como perda possível. (Em 31 de dezembro de 2024, a estimativa de perda dos dez maiores processos cíveis não provisionados era de R\$ 3.130.752).

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital autorizado

A Companhia atua sob regime de capital social autorizado cujo montante, conforme retratado no Artigo 3º do Estatuto Social, é de R\$ 77.358.042.

O Conselho de Administração pode deliberar o aumento do capital dentro do limite autorizado e uma vez consultado o Conselho Fiscal, conforme Artigo 14º, inciso XIII do Estatuto Social da Companhia.

19.2 Capital social

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e realizado é de R\$ 52.492.032, composto por 10.108.988 ações ordinárias de classe única, nominativas, sem valor nominal e com direito a um voto cada.

No período findo em 30 de junho de 2025, a Companhia registrou o montante de R\$ 1.777.008 a título de adiantamento para futuro aumento de capital. Tais recursos são provenientes de seu acionista majoritário.

A composição do capital social é apresentada abaixo:

Acionista	30/06/2025		31/12/2024	
	Quantidade - ON	%	Quantidade - ON	%
Fazenda do Estado de São Paulo - FESP	9.905.781	97,99%	9.905.781	97,99%
Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP	202.032	2,00%	202.032	2,00%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	1.171	0,01%	1.171	0,01%
Outros - ações em tesouraria	4	0,00%	4	0,00%
Total	10.108.988	100,00%	10.108.988	100,00%

20 Receita operacional líquida

	Três meses findo em		Seis meses findo em	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Receita tarifária	490.924	481.453	967.284	923.754
Gratuidades (ressarcimento) ^(a)	155.328	147.210	287.522	264.208
Desenvolvimento imobiliário	23.000	28.812	50.060	53.737
Varejo	16.655	17.815	34.627	39.377
Mídia e publicidade	17.025	15.357	34.734	31.594
Outros negócios	3.132	3.000	6.115	8.146
Receita não tarifária	59.812	64.984	125.536	132.854
Receita operacional bruta	706.064	693.647	1.380.342	1.320.816
Impostos sobre a receita bruta ^(b)	(15.930)	(18.639)	(31.818)	(36.364)
Deduções e impostos	(15.930)	(18.639)	(31.818)	(36.364)
Receita operacional líquida	690.134	675.008	1.348.524	1.284.452

^(a) Receita proveniente do transporte de passageiro com benefício de gratuidade, conforme políticas públicas implementadas.

^(b) No período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2025 inclui os montantes de R\$ 10.343 e R\$ 20.083 referente à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB (Em 30 de junho de 2024, inclui os montantes de R\$ 12.577 e R\$ 23.792).

Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô

Notas explicativas às informações trimestrais
Em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)



21 Custos dos serviços prestados, despesas gerais e administrativas

	Três meses findo em		Seis meses findo em	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Custos dos serviços prestados				
Pessoal	(354.286)	(345.585)	(696.127)	(746.933)
Materiais	(18.438)	(23.393)	(41.130)	(45.637)
Energia elétrica de tração	(38.149)	(43.900)	(77.454)	(84.137)
Serviços	(44.653)	(40.588)	(83.718)	(80.433)
Gastos gerais	(9.369)	(7.632)	(18.227)	(9.159)
Depreciação e amortização	(187.488)	(219.724)	(383.979)	(402.496)
	<u>(652.383)</u>	<u>(680.822)</u>	<u>(1.300.635)</u>	<u>(1.368.795)</u>
Despesas com vendas				
Pessoal	(4.771)	(5.231)	(9.337)	(13.990)
Serviços	-	(1)	-	(1)
Gastos gerais	(12)	1	(21)	(331)
Depreciação e amortização	(2)	(1)	(5)	(1)
	<u>(4.785)</u>	<u>(5.232)</u>	<u>(9.363)</u>	<u>(14.323)</u>
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal	(125.971)	(115.236)	(248.954)	(244.232)
Materiais	(351)	(236)	(684)	(762)
Serviços	(47.834)	(36.101)	(87.987)	(76.315)
Gastos gerais	(152.783)	(62.731)	(243.145)	(132.784)
Depreciação e amortização	(11.937)	(9.866)	(23.676)	(18.009)
	<u>(338.876)</u>	<u>(224.170)</u>	<u>(604.446)</u>	<u>(472.102)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				
Receitas com a prestação de outros serviços	487	16.889	1.378	17.597
Multas contratuais	667	2.330	2.649	3.505
Créditos convênio CBTU	969	969	1.937	1.937
Baixas de imobilizados e intangível	(9.705)	(37.101)	(9.715)	(37.117)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(230)	(1.869)	2.819	(4.952)
	<u>(7.812)</u>	<u>(18.782)</u>	<u>(932)</u>	<u>(19.030)</u>
	<u><u>(1.003.856)</u></u>	<u><u>(929.006)</u></u>	<u><u>(1.915.376)</u></u>	<u><u>(1.874.250)</u></u>

22 Resultado financeiro, líquido

	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	20.131	8.599	33.702	17.504
Juros ativos	576	6.132	1.111	29.382
Ajuste a valor presente	1.690	(476)	1.136	2.124
	<u>22.397</u>	<u>14.255</u>	<u>35.949</u>	<u>49.010</u>
Despesas financeiras				
Despesas com juros e custo com emissão de dívidas ^(a)	(12.873)	(15.818)	(26.982)	(34.701)
Despesas com juros atuariais	(1.073)	(1.401)	(2.145)	(2.802)
Outras despesas financeiras	(1.067)	(378)	(1.927)	(1.036)
	<u>(15.013)</u>	<u>(17.597)</u>	<u>(31.054)</u>	<u>(38.539)</u>
Variações monetárias e cambiais				
Variações monetárias líquidas	(970)	(756)	(1.823)	(298)
Variações cambiais líquidas	324	(88)	854	(456)
	<u>(646)</u>	<u>(844)</u>	<u>(969)</u>	<u>(754)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>6.738</u>	<u>(4.186)</u>	<u>3.926</u>	<u>9.717</u>

(a) Do montante de R\$ 12.873, nos três meses findos em 30 de junho de 2025, os montantes de (R\$ 9.914) e (R\$ 451) se referem respectivamente aos juros incorridos e aos custos de emissão apropriados das debêntures da Companhia (Nos três meses findos em 30 de junho de 2024, os montantes são de (R\$ 12.378) e (R\$ 451), referente a respectivamente aos juros incorridos e aos custos de emissão apropriados) e do montante de R\$ 26.982, nos seis meses findos em 30 de junho de 2025, os montantes de (R\$ 20.223) e (R\$ 902) se referem respectivamente aos juros incorridos e aos custos de emissão apropriados das debêntures da Companhia. (Nos seis meses findos em 30 de junho de 2024, os montantes são de (R\$ 26.002) e (R\$ 902), referente a respectivamente aos juros incorridos e aos custos de emissão apropriados), conforme nota explicativa n° 12.

23 Imposto de renda e contribuição social

23.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos impostos sobre o lucro e os montantes contábeis registrados (variações de provisões diversas e cálculo do valor justo de instrumentos financeiros).

As alíquotas nominais definidas atualmente pela legislação tributária vigente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A composição do prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, estão abaixo apresentados:

	30/06/2025	31/12/2024
Prejuízos fiscais	6.955.075	6.680.355
Base negativa da contribuição social	6.591.855	6.328.538

23.2 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	Três meses findo em		Seis meses findo em	
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição	(306.984)	(258.184)	(562.926)	(580.081)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas	104.375	87.783	191.395	197.227
Reconciliação da alíquota:				
Lei 8.200/91 - CSLL ^(a)	(558)	(529)	(1.082)	(1.058)
Demais adições e exclusões, líquidas	(26.409)	(28.502)	(52.909)	(54.714)
Parcela não reconhecida sobre diferenças prejuízo fiscal e base negativa.	(77.408)	(58.752)	(137.404)	(141.455)
Total do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL do período	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

^(a) Este ajuste de adição aplica-se somente à CSLL e decorre da diferença entre a depreciação dos ativos imobilizados corrigidos monetariamente pela Lei 8.200/91 em relação à depreciação prevista na Lei 6.404/76.

24 Resultado por ação

24.1 Básico

O resultado por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo as ações ordinárias recompradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
Prejuízo atribuível aos acionistas	(306.984)	(258.184)	(562.926)	(580.081)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias no exercício	10.109	9.110	10.109	9.110
Quantidade média ponderada de ações em tesouraria	0,004	0,004	0,004	0,004
Quantidade média ponderada de ações em circulação	10.109	9.110	10.109	9.110
Prejuízo básico por ação ordinária (Em R\$)	(30,37)	(28,34)	(55,69)	(63,68)

A Companhia não possui ações ou instrumentos conversíveis em ações que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

25 Instrumentos financeiros e fatores de risco

25.1 Classificação e mensuração

A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia é apresentada a seguir:

	Mensurados a valor justo por meio do resultado		Custo amortizado	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	621.057	470.878	-	-
Contas a receber	-	-	154.962	98.718
Outros ativos	-	-	153.016	132.255
Caixa restrito	38.625	39.038	-	-
	<u>659.682</u>	<u>509.916</u>	<u>307.978</u>	<u>230.973</u>
Passivo				
Fornecedores	-	-	694.989	364.923
Debêntures	-	-	206.672	262.961
Partes relacionadas	-	-	262.118	263.783
Passivo de arrendamento	-	-	5.366	7.254
Outras contas e despesas a pagar	-	-	4.936	5.306
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.174.081</u>	<u>904.227</u>

25.2 Gestão de riscos financeiros

A Administração da Companhia está voltada para a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico-financeiro. As atividades do Metrô o expõem aos seguintes fatores de riscos: políticas públicas de preços tarifários, de outros índices macroeconômicos, riscos de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de incerteza sobre a geração sustentável de caixa e de resultados da Companhia. Para gerenciar esta volatilidade, ocasionada por fatores externos, o Metrô dispõe de políticas e procedimentos para a gestão de riscos financeiros.

O processo de gestão de riscos compreende as seguintes etapas: i) identificação dos fatores de riscos e da exposição do valor dos ativos, fluxos de caixa e resultado da Companhia aos riscos de mercado; ii) mensuração e comunicação do risco mensurado; iii) avaliação e definição de estratégias para o gerenciamento dos riscos de mercado; e iv) implementação e acompanhamento da performance das estratégias.

Os principais fatores de riscos financeiros considerados pela Administração são:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de preços tarifários;

25.3 Risco de liquidez

A Companhia tem sua previsão de fluxo de caixa realizada pela Administração, a qual monitora as previsões contínuas de exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente às necessidades operacionais e as suas obrigações.

Dada sua gestão de estrutura de capital, a Companhia substancialmente opera com o capital de giro próprio para suas atividades operacionais e para investimentos estruturais é suportada, essencialmente, via aporte de capital de seus acionistas.

Avaliação de *Rating*

Em 31 de março de 2025, a Moody's Local revisou e manteve o Rating de emissor e da 2ª emissão de debêntures em 'AA-.br', com perspectiva estável.

25.4 Risco de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, presente principalmente no contas a receber.

Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito.

Os recebíveis do GESP são avaliados individualmente e os valores contábeis correspondem à expectativa de realização sob a perspectiva da Companhia.

Os ativos classificados como caixa e equivalentes de caixa concentram-se em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco. Por decisão estratégica do GESP, os recursos financeiros do Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios – SIAFEM, incluindo o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, são gerenciados pelo Banco do Brasil, que possui classificação BB concedida pelas agência Standard & Poor's e pela Fitch Ratings, e Baa3 concedida pela Moody's.

25.5 Risco de taxas de câmbio

A Companhia, eventualmente, no curso natural de seus negócios pode contratar serviços e comprar materiais e equipamentos de fornecedores estrangeiros através de seus processos de licitação, substancialmente ligados aos programas de investimentos em novas linhas metroviárias, sistemas e frota de trens, ficando desta forma exposta a oscilações cambiais quando do câmbio da data de compra até a efetiva data de liquidação das obrigações. A Companhia possui exposição cambial somente para fornecedores em moeda estrangeira, conforme nota explicativa nº 11 sujeitos à variação do dólar norte-americano.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R\$ 5,4571/US\$1,00, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade e o possível efeito no resultado da oscilação do câmbio no valor exposto em moeda estrangeira em 30 de junho de 2025:

Risco	Aumento da taxa de câmbio
Taxas de câmbio referencial	5,4571
Fornecedores internacionais	42.041
Valores expostos ^(a)	7.704
Cenário favorável (-50%)	21.020
Cenário favorável (-25%)	31.531
Cenário adverso (+50%)	63.061
Cenário adverso (+25%)	52.551

^(a) Refere-se ao saldo, em dólares americanos (US\$), de obrigações com fornecedores internacionais.

25.6 Risco de taxas de juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas, bem como incremento de despesas financeiras aplicadas sobre obrigações liquidadas fora do prazo contratual.

A Companhia possui empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, conforme nota explicativa nº 12, e portanto, está exposta a risco de taxa de juros de forma significativa. Os valores abaixo demonstram os impactos nos resultados de acordo com o cenário aplicado:

Risco	Taxas referenciais	Efeito no resultado
Valores expostos ^(a)	14,90%	416.192
Cenário favorável (-50%)	7,450%	(31.006)
Cenário favorável (-25%)	11,175%	(15.503)
Cenário adverso (+50%)	22,350%	31.006
Cenário adverso (+25%)	18,625%	15.503

^(a) Refere-se a soma de caixa de atividades de custeio e caixa restrito, líquidos de passivo oneroso.

25.7 Risco de preços tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de operação fixados por política pública de preços de passagens dos transportes de passageiros aplicada na Região Metropolitana de São Paulo pela STM, ligada ao GESP.

Com a finalidade de mitigar estes efeitos, a Companhia trabalha de forma integrada junto à STM para formular estudos de viabilidade econômica e aplicação de ajustes tarifários, quando aplicáveis, aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio, tanto da parte da Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares benéficos para o resultado do Metrô.

25.8 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

25.9 Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é de assegurar a sua liquidez, índices de cobertura adequados e mitigar riscos que possam impactar a disponibilidade de capital aplicado no curso normal dos negócios.

A Companhia monitora de forma constante indicadores relevantes como: i) índice de limite máximo de endividamento, na ausência de título emitido que determine o passivo oneroso máximo, deve-se observar o limite de até 1% do total de ativos da Companhia, conforme disposto em instrumento normativo interno; ii) índice de cobertura, evidencia o quanto das entradas de caixa representam das obrigações da Companhia de forma tempestiva.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia possui passivo oneroso de R\$ 206.672 (R\$ 262.961 em 31 de dezembro de 2024), conforme nota explicativa nº 12, para fins de apuração do índice de endividamento. O índice de cobertura apurado é de 98,47% no período findo em 30 de junho de 2025 (103,05% em 31 de dezembro de 2024).

25.10 Garantias

Em 30 de junho de 2025, a Companhia possui garantias reais vinculadas as operações de contas a receber referente a operações de arrendamento, locações de espaços, outras receitas adjacentes e a contratos com fornecedores no montante de R\$ 6.755 (R\$ 6.574 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia possui apólice de seguro fiança com o objetivo de oferecer garantias a processos judiciais, conforme demonstrado na nota explicativa nº 26 - Cobertura de Seguros. Em 30 de junho de 2025, o montante de garantias oferecidas sob a modalidade de apólice é de R\$ 443.407 (R\$ 344.002 em 31 de dezembro de 2024).

26 Cobertura de seguros

O Metrô mantém apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país definidas por licitação que levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 30 de junho de 2025, a Companhia possui cobertura de seguros para cobrir possíveis riscos de perda material por incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, passageiros e construções, por valores considerados suficientes pela Administração. O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

	30/06/2025	31/12/2024
Limite máximo de indenizações		
Ativos materiais	1.188.092	1.188.092
Seguro garantia judicial	200.000	200.000
Seguro de responsabilidade civil - geral	93.500	93.500
Seguro garantia compra de energia	43.384	43.384
Seguro de responsabilidade civil - administradores	30.000	30.000
Riscos diversos	18.268	18.268
Total	<u>1.573.244</u>	<u>1.573.244</u>

